

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2013



Hercules

INDICE

Convite do Presidente do Conselho de Administração	3
Esclarecimentos para participação na Assembleia	4
Proposta da Administração	6
Comentários dos Diretores (Item 10 - Instrução CVM nº 480/09)	7
Assembleia e Administração (Item 12.6 a 12.10 - Instrução CVM nº 480/09)	17
Remuneração dos Administradores (Item 13 - Instrução CVM nº 480/09)	20



CONVITE

DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Convidamos todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada às 10h do dia 07 junho de 2013, na sede social da Companhia, localizada em São Paulo-SP na Rua do Paraíso, 148 – 14º andar, conj. 141.

Este documento contempla para sua análise informações requerido pelos Artigos 10º, 12º e 13º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como esclarecimentos para participação na Assembleia da Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,
Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração



ESCLARECIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Nos termos do Artigo 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, para ser admitido na Assembleia, os acionistas ou seus representantes habilitados deverão observar, para participação na Assembleia ora convocada, o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, parágrafo 1º, cujo instrumento deverá ser depositado na sede social com antecedência mínima de 48 horas.

Acionista Pessoa Física:

(i) Documento de identidade do Acionista; e

(ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Acionista Pessoa Jurídica:

(i) Documento de identidade do representante legal ou procurador presente;

(ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária;

(iii) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;

(iv) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso; e

(v) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados no item iv acima.



Hercules

Acionistas representados por procurador:

(i) Procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de um ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos; e

(ii) Documento de identidade do Procurador.

Procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia solicita que a documentação acima seja enviada com até 48 horas de antecedência da realização da Assembleia para o endereço da sede social:

A/C. Departamento de Relações com Investidores
Rua do Paraíso, 148 – 14º andar - Conj. 151
CEP. 04103-000 – SÃO PAULO - SP

Por fim, a Companhia esclarece ainda que todos os documentos e informações pertinentes à matéria a ser examinada e deliberada na Assembleia da Companhia contendo os esclarecimentos exigidos pela Instrução CVM nº481/09, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos sítios eletrônicos: www.hercules.ind.br , www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br .



HERCULES S.A. FÁBRICA DE TALHERES
CNPJ 92.749.225/0001-63
NIRE 35300341953
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Hercules S/A – Fábrica de Talheres, no termos do que dispõem a legislação pertinente ao Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Sociedade, vem propor a V. Sas. O seguinte:

- 1) Examinar, discutir e votar e aprovar as demonstrações contábeis, relatório da administração e parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012; sem distribuição de dividendos em virtude do prejuízo auferido no período
- 2) Eleger os integrantes do Conselho de Administração nos termos do que dispõe o Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 06 de maio de 2013.

A Administração
Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração



Hercules

Em atendimento ao disposto no artigo 9º inciso III, no artigo 10º e no artigo 12º inciso II da Instrução CVM nº. 481, apresentamos a seguir os itens 10, 12.6 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência (anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480) da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos às demonstrações financeiras consolidadas, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP da Empresa já foram arquivadas na CVM no dia 23 de abril de 2013 e estão disponíveis para consulta no website da Companhia em www.hercules.ind.br.

10 – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS GERAIS

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em 2010, a Companhia apresentou uma receita bruta total de R\$ 3.682 mil e EBITDA de R\$ 543 mil quando comparado ao mesmo período de 2009 (R\$ 5.640 mil) apresentando uma redução de 90%.

Em 2012, a Companhia apresentou uma receita bruta total de R\$ 3.903 mil, ante aos R\$ 3.104 mil de 2011, aumento de 25,74%.

A administração da Companhia superou importantes desafios para a normal continuidade operacional da Companhia, a manutenção de ações apresentadas em seu Planejamento Estratégico, cujos pontos básicos eram, incrementar os negócios por agregação de valor aos produtos, lançamento de novos produtos licenciados e ingresso em novos canais de venda.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipótese de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico, revisão de todo o passivo tributário e apuração de valores devidos, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada). A Companhia está ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, através de petições específicas, de modo que a revisão reduza substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais.

CAPITAL TOTAL	2012 R\$ mil	2011 R\$ mil	2010 R\$ mil
Capital de terceiros	386.795	353.952	319.899
Capital Próprio	22.809	22.809	22.809

Não há possibilidade de a Companhia propor o resgate de suas ações.



Hercules

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todo o passivo tributário, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes Utilizadas.

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Administração da Companhia, em conjunto com o seu conselho de Administração, está analisando as propostas de reestruturação societárias com a finalidade de viabilizar a liquidação do mútuo existente com a coligada Mundial S.A - Produtos de Consumo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes; ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii. Grau de subordinação entre as dívidas; iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica a companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não há.

10.2 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

- a) **Resultados das operações do emissor, em especial: i. Descrição de quaisquer componentes da receita; ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

Ao longo dos últimos anos a administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados em 2012, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 24,8 %, quando comparado a 2011. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas.

A receita operacional líquida da Companhia cresceu 25,74% em 2012 quando comparada a 2011. Tal fato deu-se pelo lançamento de novas linhas de produtos apresentadas em nossa participação na feira Gift Fair, Março 2012, onde novos clientes foram conquistados e negócios foram fechados.

- b) **Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais) , Hercules Porzelon (Louças e travessas), Hercules Deco (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) vem tendo uma aceitação cada vez maior comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

O crescimento da marca está ligado a novos lançamentos em diversos segmentos de produtos, o que tem contribuído para o aumento da geração de caixa da Companhia.

- c) **impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2012 apresentou queda de 1,62% quando comparado a 2011. Tal fato deu-se pela redução no indicador IPCA que corrige o mútuo existente com a coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da participação em controlada	4.802	2.203	543
Prejuízo operacional antes do IR e CSLL	(32.002)	(39.060)	(10.329)
Capital de giro	(2.680)	(8.269)	(3.492)



Hercules

10.3 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a) Introdução ou alienação de segmento Operacional;

Não se aplica a Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societária

Em 19 de junho de 2012 foi realizada integralização de capital na coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), por outros investidores. O aumento no capital da Mundial resultou em uma redução no percentual de participação da Companhia de 12,12% para 10,47%

c) Eventos ou operações não usuais:

Não se aplica a Companhia.

10.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

b) mudanças significativas nas práticas contábeis

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- Alterações ao IAS 19 /CPC 33 (R1) “Benefícios aos Empregados. Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Esta mudança vai: (i) remover o método corredor e, portanto, deverá ter um efeito significativo sobre as entidades que atualmente aplicam este método para reconhecer ganhos e perdas atuariais e; (ii) eliminar a possibilidade de entidades a reconhecer todas as alterações na obrigação de benefício definido e nos ativos do plano no lucro ou perda, que atualmente é permitido pela IAS 19. Retorno esperado sobre os ativos do plano reconhecido nos lucros ou prejuízos calculados com base na taxa utilizada para desconto da obrigação de benefícios, para muitas entidades essa mudança vai reduzir o lucro líquido. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 09: “Instrumentos financeiros” (2009-2010).
O IFRS 09 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 09 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa



Hercules

contratuais. IFRS 09 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 09 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*. O IFRS 09 (2009 e 2010) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 09 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

- IFRS 10 / CPC 36 (R2) “Demonstrações Financeiras Consolidadas” IFRS 10 fornece um modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas, incluindo as entidades que são SPEs no escopo do SIC 12. As principais mudanças são: (i) avaliação da existência de controle será significativamente baseada em julgamento; (ii) o modelo de controle único aplica-se a todas as investidas; (iii) a identificação de controle sob uma investida pode ser alterada quando diversos investidores têm a capacidade de dirigir diferentes atividades da investida; (iv) definição de controle de fato está incluído no modelo; (v) avaliação de controle baseado em direitos de voto potenciais substantivos em contraposição aos direitos de voto potenciais atualmente exercíveis; (vi) exposição ou o direito à variabilidade de retorno substitui o conceito de benefício; (vii) guidance para definição de “agente versus principal” introduzida explicitamente; (viii) guidance para o investidor avaliar a existência de poder sobre um silo em vez sobre pessoa jurídica como um todo; (ix) direitos de proteção são definidos e uma orientação explícita sobre direitos de destituição da administração é introduzida. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 / CPC 45 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”. O IFRS 12 contém requerimentos de divulgação bastante extensa para entidades que possuem participações em subsidiárias, joint ventures, coligadas e/ou entidades não consolidadas. As divulgações exigidas têm como objetivo fornecer informações para possibilitar como que os usuários avaliem: (i) a natureza e os riscos associados às participações de uma entidade em outras entidades; (ii) as divulgações ampliadas sobre controladas, acordos conjuntos e coligadas; (iii) novas divulgações sobre entidades estruturadas não consolidadas; (iv) os efeitos dessas participações na posição financeira da entidade, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”. O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- Alterações ao IAS 32 e IFRS 7 (2011) – Novos. As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As alterações esclarecem: (i) o significado de “dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” (currently has a legally enforceable right of set-off); e (ii) que alguns



Hercules

sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e sua aplicação é requerida retrospectiva. As alterações são parte de projeto de compensação do IAS. Como parte desse projeto, o IASB emitiu também separadamente Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities (Amendments to IFRS 7), as alterações deste IFRS irá conter novos requerimentos de divulgação para ativos financeiros e passivos financeiros sendo eles: (i) compensação a demonstração financeira; ou (ii) sujeitas a acordos principais de compensação ou acordos semelhantes. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

b) efeitos Significativos das alterações em práticas contábeis

Os novos pronunciamentos aprovados em 2012, não se aplicam as atividades da Companhia.

c) Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Base para opinião com ressalva dos auditores

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9, 11 e 12, a Companhia mantém saldos contábeis passivos e de resultado relativos às suas obrigações fiscais, incluindo imposto de renda e contribuição social, e obrigações sociais. Os valores apresentados pelos órgãos fiscais, relativos aos impostos a recolher apresentam valores divergentes em relação aos saldos contábeis da Companhia. A Companhia está em processo de conciliações dos saldos com as posições dos órgãos fiscais e outras apurações dos valores devidos e estas não foram finalizadas até a conclusão da nossa auditoria. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir se eventual ajuste relevante seria necessário nos ativos, passivos e no resultado do exercício como resultado da resolução deste assunto.

Comentário da Companhia

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico, revisão de todo o passivo tributário e apuração de valores devidos, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada). A Companhia está ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, através de petições específicas, de modo que a revisão reduza substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais.

Ênfase dos auditores



Hercules

Continuidade operacional e créditos a pagar de empresa relacionada Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia incorreu em prejuízo líquido de R\$ 31.366 e possui um passivo a descoberto (patrimônio líquido ativo) de R\$ 380.275 mil em 31 de dezembro de 2012. Além disso, apresenta um saldo passivo por mútuo e conta corrente de R\$ 349.040 mil e passivo tributário em processo de revisão conforme notas explicativas nº 11 e 12. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de liquidação saldo passiva por mútuo e conta corrente e da continuidade operacional da Companhia. A continuidade operacional da Companhia depende do sucesso da administração na implementação de plano de reestruturação descrita na nota explicativa nº 2.

Comentário da Companhia

Nos últimos anos a Administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados em 2012, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 24,8 %, quando comparado a 2011. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas. A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais) , Hercules Porzelon (Louças e travessas), Hercules Deco (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) vem tendo uma aceitação cada vez maior comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

Com a comprovação da credibilidade na marca Hercules e a elasticidade da mesma, tendo em vista um trabalho diferenciado em relação ao que o mercado vinha atuando, proporcionam aumentar ainda mais o mix de produtos para alcançar a meta anual de faturamento bruto da Companhia. O crescimento da marca está ligado a novos lançamentos em diversos segmentos de produtos, o que tem contribuído para o aumento da geração de caixa da Companhia.

A Administração da Companhia, em conjunto com o seu conselho de Administração, está analisando as propostas de reestruturação societárias com a finalidade de viabilizar a liquidação do mútuo existente com a coligada Mundial S.A - Produtos de Consumo.

Por fim a Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todo o passivo tributário, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

A Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, no entanto a Administração não tem dúvida quanto a continuidade operacional dos seus negócios.

10.5 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTIGÊNCIAS, RECONHECIEMNTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA



Hercules

ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Não se aplica

10.6 COM RELAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

- a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Todos os procedimentos internos adotados pela Companhia são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade para elaboração adequada das demonstrações financeiras.

Para ser possível comentar sobre quaisquer deficiências, imperfeições e recomendações sobre os controles internos da Companhia, a Administração aguarda o relatório do auditor independente que será encaminhado até o final de maio de 2013.

- b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A administração da Companhia acredita que seus controles internos são suficientes para elaboração adequada das demonstrações contábeis. Porém para poder comentar sobre quaisquer deficiências e ou alguma recomendação sobre os controles internos da Companhia, a Administração aguarda o relatório do auditor independente que será encaminhado até o final de maio de 2013.

- d) medidas adotadas para corrigir tais deficiências.

A companhia com base nas melhores práticas, através de sua estrutura interna, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados seus sistemas de controles, com o objetivo de mitigar eventuais perdas que possam advir de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos.

A Companhia aguarda a emissão final do relatório de controles internos da auditoria para poder emitir comentários e avaliar as medidas necessárias para corrigir as possíveis deficiências.

10.7 CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.



Hercules

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

10.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iv. contratos de construção não terminada v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2012.

10.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b) natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.



Hercules

10.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

- a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há.

- b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve quaisquer aquisições de ativos pela Companhia.

- b) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há.

10.11 COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.

Não há.



Hercules

12.6 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data	Prazo	Outros Cargos	Eleito pelo
					Eleição/Posse	Mandato	Executivos	Controlador
Michael Lenn Ceitlin	51 ANOS	Engenheiro	295.996.600-72	Pres. do Conselho	10/08/2012	1 ano	Diretor Super. e DRI	Sim
Paulo Roberto Leke	70 ANOS	Economista Administrador de empresas	001.986.760-34	Vice-Presidente	10/08/2012	1 ano	Não se aplica	Sim
José M. Soares	72 ANOS		011.277.727-91	Conselheiro	10/08/2012	1 ano	Não se aplica	Sim

DIRETORIA

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data	Prazo	Outros Cargos	Eleito pelo
					Eleição/Posse	Mandato	Executivos	Controlador
Michael Lenn Ceitlin	51 Anos	Engenheiro	295.996.600-72	Dir. Superintendente e DRI	10/08/2012	1 ano	Pres. do Cons. DRI	Sim
Julio Cesar Camara	48 Anos	Contador	438.373.870-20	Diretor	10/08/2012	1 ano	Não se aplica	Sim
Marcelo F. de Freitas	45 Anos	Contador	526.944.020-20	Diretor	10/08/2012	1 ano	Não se aplica	Sim

12.7 FORNECER AS INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 12.6 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS:

Não há.

12.8.

a) CURRÍCULO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michael Lenn Ceitlin - Engenheiro Mecânico, formado pela PUC/RS em 1984; mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Northeastern University de Boston – USA em 1987. **Experiências profissionais:** iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi que hoje é Grupo Mundial das empresas Mundial S/A e Hercules S/A em 1985, como Gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura, em 1993 foi Eleito Membro do Conselho de Administração como Vice-Presidente e Diretor Superintendente e



Hercules

atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores.

Paulo Roberto Leke - Economista, formado Faculdade de Ciências Econômicas U.F.R.G.S em 1965, Contador, formado na UFRGS em 1968, extensão universitária na Faculdade de Mannheim (Alemanha) em 1972. **Experiências Profissionais:** 1977-1982 – Gerente Geral Administrativo Financeiro Grupo Gerdau; 1982-1989 – Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado na RIOCELL S.A.; 1990-1994 – Diretor Corporativo Grupo Joaquim Oliveira; 1994-1997 – Diretor Corporativo de Finanças e Controle do Grupo Eberle Mundial; 1997 Sócio de Leke + Gross Consultores Associados; **Atividades Atuais:** Membro do Conselho de Administração de Lojas Colombo S.A; membro do Conselho de Administração de Mundial S.A e Hercules S.A.

Jose Maria de Cesarino Henriques Soares. Membro do Conselho de Administração, Administrador de Empresas, formado pela Fundação Getulio Vargas (1966); especialização Insead (França) – Insead Advanced Management Programs; Insead – European Capital Markets; New York University- USA Capital Markets – Experiências profissionais: Ecotec Economia e Engenharia Industrial S.A; FINEP/PNTE – Ministério do Planejamento; BOVESPA – Superintendente de Desenvolvimento de Mercado (1982/85); BOVESPA – CEO (1986/87) e Consulting Group do Brasil – 1988 a 2011 – Sócio-diretor - Conselhos de Administração das empresas: Telemar – Suplente do Presidente do Conselho – 1998/2000; LF Telecom – 2000/2005; La Fonte Participações S.A.(Jereissati Participações S.A).- 2001 a 2011 – Consultorias nas empresas: Grupo Santista, Lojas Renner, Springer, Iochpe, Grupo Ultra, Laticínios Mococa, CBD (Pão de Açúcar), Hospital São Luiz, entre dezenas de outras.

DIRETORIA

Michael Lenn Ceitlin - Engenheiro Mecânico, formado pela PUC/RS em 1984; mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Northeastern University de Boston – USA em 1987. **Experiências profissionais:** iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi que hoje é Grupo Mundial das empresas Mundial S/A e Hercules S/A em 1985, como Gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura, em 1993 foi Eleito Membro do Conselho de Administração como Vice-Presidente e Diretor Superintendente e atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores.

Julio Cesar Camara - Contador formado pela Faculdade Integrada de Santa Cruz do Sul em 1986, Pós Graduado em Controladoria e Finanças pela Faculdade de Criciúma-SC em 1995, especialização em Orçamento empresarial pela FGV/RJ em 1993, com diversos cursos de especialização em Gestão de Empresarial e Administração. **Formação profissional:** 1983-1984 - Companhia Sudan de Produtos de Tabaco (RS); 1984-1986 – diversas Funções Banco Real S/A; 1986-1991 Diversas Funções Companhia de Cigarros Souza Cruz (RS); 1991-1992 – Supervisor Financeiro Companhia Souza Cruz Industrial e Comercio (RJ); 1992-1996 – Analista de Modelagem



Hercules

Financeira e Relatórios Gerenciais, CECRISA Revestimentos Cerâmicos S/A (SC) e Professor de Análise de Balanços na Faculdade de Criciúma (SC); 1996-1998 – Consultor Empresarial Galeazzi & Associados (SP); 1998-2007 Diretor de Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial e atualmente é Diretor de Planejamento e Controle das empresas Mundial S/A e Hercules S/A.

Marcelo Fagundes de Freitas - Contador formado pela Faculdade Rio-Grandense – FARGS em 2001; Pós Graduação MBA – em Gestão Empresarial na Universidade Federal RS em 2005; Pós Graduação MBA em Finanças Empresariais na FGV em 2007. **Formação profissional:** 1985-1986 – Auxiliar Administrativo na empresa Odorico Monteiro S/A; em 1986 inicio atividades no grupo ZIVI nas funções de Sub-Chefe de Contas a receber de 1986 a 1994, Analista Contábil de 1994-1996, Chefe da Contabilidade Societária de 1996 a 2001, Gerente de Controladoria de 2001 a 2005, Gerente de Controladoria e Finanças de 2005 a 2007, e desde 2007, Eleito Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A e Hercules S/A.

- c) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. Qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não ocorreu nenhuma condenação criminal em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais dos administradores da Companhia.

12.9 INFORMAR A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE: a) administrador do emissor; b) (i) administrador do emissor e (ii) administrador de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administrador do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; c) (i) administrador do emissor e (ii) administrador das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com qualquer administrador da Companhia.

12.10 RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há relação.



Hercules

13.1 DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS: a) objetivos da política ou prática de remuneração; b) composição da remuneração, indicando; c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo; f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos; g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor

Os Administradores da Companhia são corporativos e são remunerados pela coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, desta forma regulamentada pela política de remuneração da coligada.

13.2 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO: a) órgão; b) número de membros; c) remuneração segregada em (i) remuneração fixa anual, segregada em: salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos, remuneração por participação em comitês, outros (ii) remuneração variável, segregada em: bônus, participação nos resultados, remuneração por participação em reuniões, comissões e outros (iii) benefícios pós-emprego (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (v) remuneração baseada em ações; d) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal; e) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Os Administradores da Companhia são corporativos e são remunerados pela coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, desta forma regulamentada pela política de remuneração da coligada.



Hercules

13.3 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E A PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL.

Os Administradores da Companhia são corporativos e são remunerados pela coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, desta forma regulamentada pela política de remuneração da coligada.

13.4 EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não se aplica a Companhia

13.5 INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não se aplica a Companhia

13.6 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Não se aplica a Companhia

13.7 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não se aplica a Companhia.

13.8 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS.

Não se aplica a Companhia.



Hercules

13.9 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO, NO MÍNIMO: (A) MODELO DE PRECIFICAÇÃO; (B) DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO; (C) MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DE EXERCÍCIO ANTECIPADO; (D) FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA; (E) SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO.

Não se aplica a Companhia.

13.10 EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS.

Não se aplica a Companhia.

13.11 EM FORMA DE TABELA, INDICAR, PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À DIRETORIA ESTATUTÁRIA E AO CONSELHO FISCAL:

Os Administradores da Companhia são corporativos e são remunerados pela coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, desta forma regulamentada pela política de remuneração da coligada.

13.12 DESCREVER ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR:

Não se aplica.

13.13 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO:

Não se aplica.



Hercules

13.14 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Não se aplica.

13.15 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Não se aplica.

13.16 FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2013



Hercules

INDICE

Convite do Presidente do Conselho de Administração	3
Esclarecimentos para participação na Assembleia	4
Proposta da Administração	6
Comentários dos Diretores (Item 10 - Instrução CVM nº 480/09)	7
Assembleia e Administração (Item 12.6 a 12.10 - Instrução CVM nº 480/09)	17
Remuneração dos Administradores (Item 13 - Instrução CVM nº 480/09)	20



CONVITE

DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Convidamos todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada às 10h do dia 07 junho de 2013, na sede social da Companhia, localizada em São Paulo-SP na Rua do Paraíso, 148 – 14º andar, conj. 141.

Este documento contempla para sua análise informações requerido pelos Artigos 10º, 12º e 13º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como esclarecimentos para participação na Assembleia da Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,
Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração



ESCLARECIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Nos termos do Artigo 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, para ser admitido na Assembleia, os acionistas ou seus representantes habilitados deverão observar, para participação na Assembleia ora convocada, o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, parágrafo 1º, cujo instrumento deverá ser depositado na sede social com antecedência mínima de 48 horas.

Acionista Pessoa Física:

(i) Documento de identidade do Acionista; e

(ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Acionista Pessoa Jurídica:

(i) Documento de identidade do representante legal ou procurador presente;

(ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária;

(iii) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;

(iv) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso; e

(v) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados no item iv acima.



Hercules

Acionistas representados por procurador:

(i) Procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de um ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos; e

(ii) Documento de identidade do Procurador.

Procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia solicita que a documentação acima seja enviada com até 48 horas de antecedência da realização da Assembleia para o endereço da sede social:

A/C. Departamento de Relações com Investidores
Rua do Paraíso, 148 – 14º andar - Conj. 151
CEP. 04103-000 – SÃO PAULO - SP

Por fim, a Companhia esclarece ainda que todos os documentos e informações pertinentes à matéria a ser examinada e deliberada na Assembleia da Companhia contendo os esclarecimentos exigidos pela Instrução CVM nº481/09, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos sítios eletrônicos: www.hercules.ind.br , www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br .



HERCULES S.A. FÁBRICA DE TALHERES
CNPJ 92.749.225/0001-63
NIRE 35300341953
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Hercules S/A – Fábrica de Talheres, no termos do que dispõem a legislação pertinente ao Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Sociedade, vem propor a V. Sas. O seguinte:

- 1) Examinar, discutir e votar e aprovar as demonstrações contábeis, relatório da administração e parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012; sem distribuição de dividendos em virtude do prejuízo auferido no período
- 2) Eleger os integrantes do Conselho de Administração nos termos do que dispõe o Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 06 de maio de 2013.

A Administração
Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração



Hercules

Em atendimento ao disposto no artigo 9º inciso III, no artigo 10º e no artigo 12º inciso II da Instrução CVM nº. 481, apresentamos a seguir os itens 10, 12.6 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência (anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480) da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos às demonstrações financeiras consolidadas, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP da Empresa já foram arquivadas na CVM no dia 23 de abril de 2013 e estão disponíveis para consulta no website da Companhia em www.hercules.ind.br.

10 – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS GERAIS

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em 2010, a Companhia apresentou uma receita bruta total de R\$ 3.682 mil e EBITDA de R\$ 543 mil quando comparado ao mesmo período de 2009 (R\$ 5.640 mil) apresentando uma redução de 90%.

Em 2012, a Companhia apresentou uma receita bruta total de R\$ 3.903 mil, ante aos R\$ 3.104 mil de 2011, aumento de 25,74%.

A administração da Companhia superou importantes desafios para a normal continuidade operacional da Companhia, a manutenção de ações apresentadas em seu Planejamento Estratégico, cujos pontos básicos eram, incrementar os negócios por agregação de valor aos produtos, lançamento de novos produtos licenciados e ingresso em novos canais de venda.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipótese de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico, revisão de todo o passivo tributário e apuração de valores devidos, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada). A Companhia está ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, através de petições específicas, de modo que a revisão reduza substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais.

CAPITAL TOTAL	2012 R\$ mil	2011 R\$ mil	2010 R\$ mil
Capital de terceiros	386.795	353.952	319.899
Capital Próprio	22.809	22.809	22.809

Não há possibilidade de a Companhia propor o resgate de suas ações.



Hercules

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todo o passivo tributário, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes Utilizadas.

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Administração da Companhia, em conjunto com o seu conselho de Administração, está analisando as propostas de reestruturação societárias com a finalidade de viabilizar a liquidação do mútuo existente com a coligada Mundial S.A - Produtos de Consumo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes; ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii. Grau de subordinação entre as dívidas; iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica a companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não há.

10.2 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

- a) **Resultados das operações do emissor, em especial: i. Descrição de quaisquer componentes da receita; ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

Ao longo dos últimos anos a administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados em 2012, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 24,8 %, quando comparado a 2011. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas.

A receita operacional líquida da Companhia cresceu 25,74% em 2012 quando comparada a 2011. Tal fato deu-se pelo lançamento de novas linhas de produtos apresentadas em nossa participação na feira Gift Fair, Março 2012, onde novos clientes foram conquistados e negócios foram fechados.

- b) **Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais) , Hercules Porzelon (Louças e travessas), Hercules Deco (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) vem tendo uma aceitação cada vez maior comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

O crescimento da marca está ligado a novos lançamentos em diversos segmentos de produtos, o que tem contribuído para o aumento da geração de caixa da Companhia.

- c) **impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2012 apresentou queda de 1,62% quando comparado a 2011. Tal fato deu-se pela redução no indicador IPCA que corrige o mútuo existente com a coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da participação em controlada	4.802	2.203	543
Prejuízo operacional antes do IR e CSLL	(32.002)	(39.060)	(10.329)
Capital de giro	(2.680)	(8.269)	(3.492)



Hercules

10.3 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a) Introdução ou alienação de segmento Operacional;

Não se aplica a Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societária

Em 19 de junho de 2012 foi realizada integralização de capital na coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), por outros investidores. O aumento no capital da Mundial resultou em uma redução no percentual de participação da Companhia de 12,12% para 10,47%

c) Eventos ou operações não usuais:

Não se aplica a Companhia.

10.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

b) mudanças significativas nas práticas contábeis

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- Alterações ao IAS 19 /CPC 33 (R1) “Benefícios aos Empregados. Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Esta mudança vai: (i) remover o método corredor e, portanto, deverá ter um efeito significativo sobre as entidades que atualmente aplicam este método para reconhecer ganhos e perdas atuariais e; (ii) eliminar a possibilidade de entidades a reconhecer todas as alterações na obrigação de benefício definido e nos ativos do plano no lucro ou perda, que atualmente é permitido pela IAS 19. Retorno esperado sobre os ativos do plano reconhecido nos lucros ou prejuízos calculados com base na taxa utilizada para desconto da obrigação de benefícios, para muitas entidades essa mudança vai reduzir o lucro líquido. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 09: “Instrumentos financeiros” (2009-2010).
O IFRS 09 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 09 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa



Hercules

contratuais. IFRS 09 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 09 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*. O IFRS 09 (2009 e 2010) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 09 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

- IFRS 10 / CPC 36 (R2) “Demonstrações Financeiras Consolidadas” IFRS 10 fornece um modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas, incluindo as entidades que são SPEs no escopo do SIC 12. As principais mudanças são: (i) avaliação da existência de controle será significativamente baseada em julgamento; (ii) o modelo de controle único aplica-se a todas as investidas; (iii) a identificação de controle sob uma investida pode ser alterada quando diversos investidores têm a capacidade de dirigir diferentes atividades da investida; (iv) definição de controle de fato está incluído no modelo; (v) avaliação de controle baseado em direitos de voto potenciais substantivos em contraposição aos direitos de voto potenciais atualmente exercíveis; (vi) exposição ou o direito à variabilidade de retorno substitui o conceito de benefício; (vii) guidance para definição de “agente versus principal” introduzida explicitamente; (viii) guidance para o investidor avaliar a existência de poder sobre um silo em vez sobre pessoa jurídica como um todo; (ix) direitos de proteção são definidos e uma orientação explícita sobre direitos de destituição da administração é introduzida. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 / CPC 45 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”. O IFRS 12 contém requerimentos de divulgação bastante extensa para entidades que possuem participações em subsidiárias, joint ventures, coligadas e/ou entidades não consolidadas. As divulgações exigidas têm como objetivo fornecer informações para possibilitar como que os usuários avaliem: (i) a natureza e os riscos associados às participações de uma entidade em outras entidades; (ii) as divulgações ampliadas sobre controladas, acordos conjuntos e coligadas; (iii) novas divulgações sobre entidades estruturadas não consolidadas; (iv) os efeitos dessas participações na posição financeira da entidade, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”. O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- Alterações ao IAS 32 e IFRS 7 (2011) – Novos. As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As alterações esclarecem: (i) o significado de “dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” (currently has a legally enforceable right of set-off); e (ii) que alguns



Hercules

sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e sua aplicação é requerida retrospectiva. As alterações são parte de projeto de compensação do IAS. Como parte desse projeto, o IASB emitiu também separadamente Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities (Amendments to IFRS 7), as alterações deste IFRS irá conter novos requerimentos de divulgação para ativos financeiros e passivos financeiros sendo eles: (i) compensação a demonstração financeira; ou (ii) sujeitas a acordos principais de compensação ou acordos semelhantes. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

b) efeitos Significativos das alterações em práticas contábeis

Os novos pronunciamentos aprovados em 2012, não se aplicam as atividades da Companhia.

c) Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Base para opinião com ressalva dos auditores

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9, 11 e 12, a Companhia mantém saldos contábeis passivos e de resultado relativos às suas obrigações fiscais, incluindo imposto de renda e contribuição social, e obrigações sociais. Os valores apresentados pelos órgãos fiscais, relativos aos impostos a recolher apresentam valores divergentes em relação aos saldos contábeis da Companhia. A Companhia está em processo de conciliações dos saldos com as posições dos órgãos fiscais e outras apurações dos valores devidos e estas não foram finalizadas até a conclusão da nossa auditoria. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir se eventual ajuste relevante seria necessário nos ativos, passivos e no resultado do exercício como resultado da resolução deste assunto.

Comentário da Companhia

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico, revisão de todo o passivo tributário e apuração de valores devidos, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada). A Companhia está ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, através de petições específicas, de modo que a revisão reduza substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais.

Ênfase dos auditores



Hercules

Continuidade operacional e créditos a pagar de empresa relacionada Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia incorreu em prejuízo líquido de R\$ 31.366 e possui um passivo a descoberto (patrimônio líquido ativo) de R\$ 380.275 mil em 31 de dezembro de 2012. Além disso, apresenta um saldo passivo por mútuo e conta corrente de R\$ 349.040 mil e passivo tributário em processo de revisão conforme notas explicativas nº 11 e 12. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de liquidação saldo passiva por mútuo e conta corrente e da continuidade operacional da Companhia. A continuidade operacional da Companhia depende do sucesso da administração na implementação de plano de reestruturação descrita na nota explicativa nº 2.

Comentário da Companhia

Nos últimos anos a Administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados em 2012, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 24,8 %, quando comparado a 2011. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas. A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais) , Hercules Porzelon (Louças e travessas), Hercules Deco (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) vem tendo uma aceitação cada vez maior comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

Com a comprovação da credibilidade na marca Hercules e a elasticidade da mesma, tendo em vista um trabalho diferenciado em relação ao que o mercado vinha atuando, proporcionam aumentar ainda mais o mix de produtos para alcançar a meta anual de faturamento bruto da Companhia. O crescimento da marca está ligado a novos lançamentos em diversos segmentos de produtos, o que tem contribuído para o aumento da geração de caixa da Companhia.

A Administração da Companhia, em conjunto com o seu conselho de Administração, está analisando as propostas de reestruturação societárias com a finalidade de viabilizar a liquidação do mútuo existente com a coligada Mundial S.A - Produtos de Consumo.

Por fim a Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todo o passivo tributário, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

A Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, no entanto a Administração não tem dúvida quanto a continuidade operacional dos seus negócios.

10.5 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTIGÊNCIAS, RECONHECIEMNTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA



Hercules

ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Não se aplica

10.6 COM RELAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

- a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Todos os procedimentos internos adotados pela Companhia são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade para elaboração adequada das demonstrações financeiras.

Para ser possível comentar sobre quaisquer deficiências, imperfeições e recomendações sobre os controles internos da Companhia, a Administração aguarda o relatório do auditor independente que será encaminhado até o final de maio de 2013.

- b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A administração da Companhia acredita que seus controles internos são suficientes para elaboração adequada das demonstrações contábeis. Porém para poder comentar sobre quaisquer deficiências e ou alguma recomendação sobre os controles internos da Companhia, a Administração aguarda o relatório do auditor independente que será encaminhado até o final de maio de 2013.

- d) medidas adotadas para corrigir tais deficiências.

A companhia com base nas melhores práticas, através de sua estrutura interna, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados seus sistemas de controles, com o objetivo de mitigar eventuais perdas que possam advir de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos.

A Companhia aguarda a emissão final do relatório de controles internos da auditoria para poder emitir comentários e avaliar as medidas necessárias para corrigir as possíveis deficiências.

10.7 CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.



Hercules

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

10.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iv. contratos de construção não terminada v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2012.

10.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b) natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.



Hercules

10.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

- a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há.

- b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve quaisquer aquisições de ativos pela Companhia.

- b) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há.

10.11 COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.

Não há.



Hercules

12.6 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data	Prazo	Outros Cargos	Eleito pelo
					Eleição/Posse	Mandato	Executivos	Controlador
Michael Lenn Ceitlin	51 ANOS	Engenheiro	295.996.600-72	Pres. do Conselho	10/08/2012	1 ano	Diretor Super. e DRI	Sim
Paulo Roberto Leke	70 ANOS	Economista Administrador de empresas	001.986.760-34	Vice-Presidente	10/08/2012	1 ano	Não se aplica	Sim
José M. Soares	72 ANOS		011.277.727-91	Conselheiro	10/08/2012	1 ano	Não se aplica	Sim

DIRETORIA

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data	Prazo	Outros Cargos	Eleito pelo
					Eleição/Posse	Mandato	Executivos	Controlador
Michael Lenn Ceitlin	51 Anos	Engenheiro	295.996.600-72	Dir. Superintendente e DRI	10/08/2012	1 ano	Pres. do Cons. DRI	Sim
Julio Cesar Camara	48 Anos	Contador	438.373.870-20	Diretor	10/08/2012	1 ano	Não se aplica	Sim
Marcelo F. de Freitas	45 Anos	Contador	526.944.020-20	Diretor	10/08/2012	1 ano	Não se aplica	Sim

12.7 FORNECER AS INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 12.6 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS:

Não há.

12.8.

a) CURRÍCULO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michael Lenn Ceitlin - Engenheiro Mecânico, formado pela PUC/RS em 1984; mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Northeastern University de Boston – USA em 1987. **Experiências profissionais:** iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi que hoje é Grupo Mundial das empresas Mundial S/A e Hercules S/A em 1985, como Gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura, em 1993 foi Eleito Membro do Conselho de Administração como Vice-Presidente e Diretor Superintendente e



Hercules

atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores.

Paulo Roberto Leke - Economista, formado Faculdade de Ciências Econômicas U.F.R.G.S em 1965, Contador, formado na UFRGS em 1968, extensão universitária na Faculdade de Mannheim (Alemanha) em 1972. **Experiências Profissionais:** 1977-1982 – Gerente Geral Administrativo Financeiro Grupo Gerdau; 1982-1989 – Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado na RIOCELL S.A.; 1990-1994 – Diretor Corporativo Grupo Joaquim Oliveira; 1994-1997 – Diretor Corporativo de Finanças e Controle do Grupo Eberle Mundial; 1997 Sócio de Leke + Gross Consultores Associados; **Atividades Atuais:** Membro do Conselho de Administração de Lojas Colombo S.A; membro do Conselho de Administração de Mundial S.A e Hercules S.A.

Jose Maria de Cesarino Henriques Soares. Membro do Conselho de Administração, Administrador de Empresas, formado pela Fundação Getulio Vargas (1966); especialização Insead (França) – Insead Advanced Management Programs; Insead – European Capital Markets; New York University- USA Capital Markets – Experiências profissionais: Ecotec Economia e Engenharia Industrial S.A; FINEP/PNTE – Ministério do Planejamento; BOVESPA – Superintendente de Desenvolvimento de Mercado (1982/85); BOVESPA – CEO (1986/87) e Consulting Group do Brasil – 1988 a 2011 – Sócio-diretor - Conselhos de Administração das empresas: Telemar – Suplente do Presidente do Conselho – 1998/2000; LF Telecom – 2000/2005; La Fonte Participações S.A.(Jereissati Participações S.A).- 2001 a 2011 – Consultorias nas empresas: Grupo Santista, Lojas Renner, Springer, Iochpe, Grupo Ultra, Laticínios Mococa, CBD (Pão de Açúcar), Hospital São Luiz, entre dezenas de outras.

DIRETORIA

Michael Lenn Ceitlin - Engenheiro Mecânico, formado pela PUC/RS em 1984; mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Northeastern University de Boston – USA em 1987. **Experiências profissionais:** iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi que hoje é Grupo Mundial das empresas Mundial S/A e Hercules S/A em 1985, como Gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura, em 1993 foi Eleito Membro do Conselho de Administração como Vice-Presidente e Diretor Superintendente e atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores.

Julio Cesar Camara - Contador formado pela Faculdade Integrada de Santa Cruz do Sul em 1986, Pós Graduado em Controladoria e Finanças pela Faculdade de Criciúma-SC em 1995, especialização em Orçamento empresarial pela FGV/RJ em 1993, com diversos cursos de especialização em Gestão de Empresarial e Administração. **Formação profissional:** 1983-1984 - Companhia Sudan de Produtos de Tabaco (RS); 1984-1986 – diversas Funções Banco Real S/A; 1986-1991 Diversas Funções Companhia de Cigarros Souza Cruz (RS); 1991-1992 – Supervisor Financeiro Companhia Souza Cruz Industrial e Comercio (RJ); 1992-1996 – Analista de Modelagem



Hercules

Financeira e Relatórios Gerenciais, CECRISA Revestimentos Cerâmicos S/A (SC) e Professor de Análise de Balanços na Faculdade de Criciúma (SC); 1996-1998 – Consultor Empresarial Galeazzi & Associados (SP); 1998-2007 Diretor de Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial e atualmente é Diretor de Planejamento e Controle das empresas Mundial S/A e Hercules S/A.

Marcelo Fagundes de Freitas - Contador formado pela Faculdade Rio-Grandense – FARGS em 2001; Pós Graduação MBA – em Gestão Empresarial na Universidade Federal RS em 2005; Pós Graduação MBA em Finanças Empresariais na FGV em 2007. **Formação profissional:** 1985-1986 – Auxiliar Administrativo na empresa Odorico Monteiro S/A; em 1986 inicio atividades no grupo ZIVI nas funções de Sub-Chefe de Contas a receber de 1986 a 1994, Analista Contábil de 1994-1996, Chefe da Contabilidade Societária de 1996 a 2001, Gerente de Controladoria de 2001 a 2005, Gerente de Controladoria e Finanças de 2005 a 2007, e desde 2007, Eleito Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A e Hercules S/A.

- c) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. Qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não ocorreu nenhuma condenação criminal em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais dos administradores da Companhia.

12.9 INFORMAR A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE: a) administrador do emissor; b) (i) administrador do emissor e (ii) administrador de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administrador do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; c) (i) administrador do emissor e (ii) administrador das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com qualquer administrador da Companhia.

12.10 RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há relação.



Hercules

13.1 DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS: a) objetivos da política ou prática de remuneração; b) composição da remuneração, indicando; c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo; f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos; g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor

Os Administradores da Companhia são corporativos e são remunerados pela coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, desta forma regulamentada pela política de remuneração da coligada.

13.2 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO: a) órgão; b) número de membros; c) remuneração segregada em (i) remuneração fixa anual, segregada em: salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos, remuneração por participação em comitês, outros (ii) remuneração variável, segregada em: bônus, participação nos resultados, remuneração por participação em reuniões, comissões e outros (iii) benefícios pós-emprego (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (v) remuneração baseada em ações; d) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal; e) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Os Administradores da Companhia são corporativos e são remunerados pela coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, desta forma regulamentada pela política de remuneração da coligada.



Hercules

13.3 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E A PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL.

Os Administradores da Companhia são corporativos e são remunerados pela coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, desta forma regulamentada pela política de remuneração da coligada.

13.4 EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não se aplica a Companhia

13.5 INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não se aplica a Companhia

13.6 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Não se aplica a Companhia

13.7 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não se aplica a Companhia.

13.8 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS.

Não se aplica a Companhia.



Hercules

13.9 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO, NO MÍNIMO: (A) MODELO DE PRECIFICAÇÃO; (B) DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO; (C) MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DE EXERCÍCIO ANTECIPADO; (D) FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA; (E) SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO.

Não se aplica a Companhia.

13.10 EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS.

Não se aplica a Companhia.

13.11 EM FORMA DE TABELA, INDICAR, PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À DIRETORIA ESTATUTÁRIA E AO CONSELHO FISCAL:

Os Administradores da Companhia são corporativos e são remunerados pela coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, desta forma regulamentada pela política de remuneração da coligada.

13.12 DESCREVER ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR:

Não se aplica.

13.13 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO:

Não se aplica.



Hercules

13.14 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Não se aplica.

13.15 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Não se aplica.

13.16 FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há.